CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05 / 09 / 2017	15h	77ª SESSÃO ORDINÁRIA	1

TERCEIRA SECRETARIA
DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA
SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA
3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 7ª LEGISLATURA

ATA CIRCUNSTANCIADA DA 77ª (SEPTUAGÉSIMA SÉTIMA) SESSÃO ORDINÁRIA,

DE 5 DE SETEMBRO DE 2017.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Convido a Deputada Telma Rufino a secretariar os trabalhos da Mesa.

Dá-se início aos

Comunicados da Mesa.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pela Sra. Secretária.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – O Expediente lido vai à publicação.

Leitura da ata da sessão anterior.

Solicito à Sra. Secretária que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

Esta Presidência dispensa a leitura da ata e dá por lida e aprovada sem observações a seguinte:

– Ata da 74ª Sessão Ordinária.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Antes que suspenda a sessão, solicito a V.Exa. que oriente a Segurança na entrada para a galeria dos trabalhadores que estão no sol. Esse período é muito quente e as pessoas estão muito expostas, é um clima extremamente hostil a todos nós. Eu, pelo menos, estou bastante...

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05 / 09 / 2017	15h	77ª SESSÃO ORDINÁRIA	2

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Já está liberada a entrada, Deputado Wasny de Roure.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sr. Presidente, sei que ainda não há *quorum* para iniciar os trabalhos, peço a V.Exa. que solicite uma cópia do mandado de segurança impetrado por mim e pelo Deputado Ricardo Vale pedindo mais tempo para examinarmos o PLC nº 2.017, é o Mandado de Segurança nº 2017002019273-7, proferido pelo Desembargador Waldir Leôncio Lopes Júnior. É a minha única cópia, peço a V.Exa. que solicite mais cópias.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Ok, Deputado.

Suspendo a sessão por 30 minutos.

(Suspensa às 15h05min, a sessão é reaberta às 15h23min.)

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Está reaberta a sessão.

Dá-se início aos

Comunicados da Mesa.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pela Sra. Secretária.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – O Expediente lido vai à publicação.

Dá-se início ao

PEQUENO EXPEDIENTE.

Passa-se aos

Comunicados de Líderes.

Concedo a palavra ao Deputado Wellington Luiz.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (Bloco Trabalho por Brasília. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Boa tarde, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, assessores, assessoras, trabalhadores que aqui se encontram, nossos representantes sindicais. Quero dar as boas-vindas a vocês e dizer que estamos prontos para a batalha para derrotar esse maldito PLC nº 122. E eu não tenho dúvida, Sr. Presidente...

(Manifestação da galeria.)

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Está liberado.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Já está liberado.

(Manifestação da galeria.)

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Calma! Gente, deixe-nos entender o que aconteceu. O que é?

(Manifestação da galeria.)

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Gente, só um minutinho. Já foi liberado. Eu vou pedir, mais uma vez, calma.

(Manifestação da galeria.)

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Deixem eu falar, por favor. Gente, se vocês não esperarem eu concluir para falar com a segurança, não vai dar para liberar. Só um minuto. Luiz, dá uma olhada, por favor. O Presidente, Deputado Joe Valle, já liberou há algum tempo. O que está faltando para que o acesso à galeria seja liberado?

DEPUTADA CELINA LEÃO – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADA CELINA LEÃO (PPS. Sem revisão da oradora.) – Deputado Wellington Luiz, o que está acontecendo lá fora? É só para explicar aqui, pessoal. O que está acontecendo? O Governador pagou um monte de gente para vir aqui agredir servidor público. Nem são servidores públicos nem deveriam estar aqui. O que eu acho, Sr. Presidente? O encaminhamento que eu faço... Esse espaço aqui estaria, segundo ficamos sabendo, separado para o pessoal que seria favorável ao projeto. Eu acho que não tem ninguém. Não é possível! Libera para o servidor.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Sr. Presidente, eu também quero me irmanar à Deputada Celina Leão e pedir esse espaço, já que há uma quantidade muito grande de servidores que estão lá fora e vieram aqui. O projeto é deles. Acho que tem que liberar para eles.

(Manifestação da galeria.)

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Eu queria fazer um pedido a vocês. Todo processo de votação aqui segue uma organização, e a liberação está sendo providenciada. Todo lugar que estiver aqui nessa galeria vai estar ocupado. Todos vão entrar.

Temos bastante experiência aqui em outras votações. Pode acontecer uma confusão enorme aí na galeria. Estamos só pedindo a vocês, democraticamente, de forma educada, bacana. Vai rolar a votação aqui. Vai haver Deputados a favor e Deputados contrários. Pode nem haver a votação. É todo um processo que está acontecendo agora. Vocês estão mobilizados para isso. Deixem o processo acontecer dentro da normalidade. Vão vir pessoas para cá. Peço à segurança para liberar para se poder encher a galeria para que possamos trabalhar.

Continua com a palavra o Deputado Wellington Luiz pela Liderança do Bloco Trabalho por Brasília.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Obrigado, Sr. Presidente.

Já que foi anunciado que vai ser liberado, quero deixar bem claro que, primeiro, esse projeto é esdrúxulo. Ele violenta, estupra os direitos dos servidores públicos. Se o governador tivesse vergonha na cara, ele não deveria nem ter mandado esse projeto; mas, como não tem, a gente não precisa esperar isso dele. O que esta

Casa tem que fazer? Nós não temos que esperar nada desse governador. Eu acho que esta Casa tem a grande oportunidade, porque os Parlamentares...

(Manifestação da galeria.)

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Gente, se em toda manifestação vocês falarem, não tem como a gente concluir. Eu vou pedir a gentileza de vocês esperarem nós concluirmos nossa manifestação.

Sr. Presidente, é fundamental que esta Casa dê uma resposta ao governo e à sociedade, que esta Casa mostre aos servidores de que lado ela está. Não se pode admitir, em hipótese alguma, que este projeto prospere. Ele não deveria sequer ter sido aprovado nas comissões, o que foi uma verdadeira covardia. Já que foi, agora nós podemos nos redimir. Eu não votaria esse projeto, sob qualquer argumento, porque ele é péssimo.

É necessário hoje, independentemente de qualquer decisão judicial, que esse projeto venha à pauta, porque eu não tenho dúvida de que vamos derrotá-lo. Nós vamos derrotar esse projeto, porque temos votos suficientes para derrotá-lo. Não acredito que esta Casa tenha coragem...

Pelas nossas contas, é bom que vocês saibam disto, o governo padece de credibilidade e não tem votos para aprovar esse maldito projeto. Portanto, que ele venha, para a gente poder derrotá-lo, Presidente, porque essa é a resposta que a Casa tem de dar, em respeito a esses servidores que carregam esta cidade nas costas.

Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Muito obrigado.

Concedo a palavra ao Deputado Prof. Reginaldo Veras. (Pausa.)

Não havendo mais Líderes presentes, encerro os Comunicados de Líderes.

Passa-se aos

Comunicados de Parlamentares.

Concedo a palavra à Deputada Luzia de Paula. (Pausa.)

Concedo a palavra à Deputada Telma Rufino. (Pausa.)

Eu vou tirar de pauta.

Concedo a palavra ao Deputado Raimundo Ribeiro.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO (PPS. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, acabei de chegar à Câmara Legislativa e tomei conhecimento da decisão adotada pelo Poder Judiciário, na pessoa do Desembargador Waldir Leôncio, a quem quero parabenizar.

Esta Casa recebeu, na semana passada, um projeto que impacta a vida de milhões de pessoas e, o tempo inteiro, dentro de uma linha de bom senso – eu acho que é esta a lei que deve reger as relações sociais –, a gente vinha avisando ao governo

que este deveria esgotar a discussão de um projeto dessa natureza.

Esse projeto é muito importante. Ele é tão importante, que causa um impacto muito forte na vida das pessoas, e, infelizmente, o governo não atendeu a essas recomendações ditadas não por um ou outro Deputado, mas pelo bom senso. Ele não atendeu, utilizou dos argumentos e dos recursos de que dispunha para poder apressar o processo, como se tivesse algo a esconder.

Finalmente, pela iniciativa do Deputado Wasny de Roure, a quem quero parabenizar, inclusive, foi necessário que o Poder Judiciário suspendesse a tramitação equivocada que estava acontecendo desse projeto. E, com isso, então, força o governo a rediscutir, permite, abre a possibilidade de uma discussão mais ampliada. Mas, de toda sorte, isso aqui já está lançado. O importante, o que fica no ar, é a pergunta: por que o governo não quer discutir abertamente esse projeto? Fica para nós a sensação de que há algo a esconder e não deveria haver isso. O governo não deveria ter receio da discussão, porque a discussão só vai enriquecer qualquer projeto.

E aí eu também me atrevo, porque ainda tenho tempo, Presidente, para lançar algumas questões que servem para reflexão. Eu me lembro de que, lá no início do mandato do atual governo, foi retirada dos cofres do Iprev uma determinada importância, sob o compromisso de que esse valor seria reposto. Agora, novamente, com esse projeto, vão se subtrair dos cofres do Iprev determinados valores. Mas aí fica a pergunta: o governo já pagou o anterior, a dívida anterior? Não pagou. Se ele é mau pagador, o que o autoriza a pedir um crédito desse instituto? Nada.

Então, na nossa visão, o governo realmente, talvez por uma linha judicial, se vê na contingência de ter que discutir, porque, com essa suspensão da tramitação, o Judiciário recoloca as coisas no seu devido lugar.

Quero parabenizar o Deputado Wasny de Roure por ter tido a iniciativa de requerer em juízo e quero parabenizar também o Poder Judiciário, na pessoa do desembargador Waldir Leôncio, por ter determinado que se suspenda a tramitação desse projeto, para que a discussão possa acontecer. Muito obrigado, Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Obrigado, Deputado Raimundo Ribeiro. Quero fazer uma observação muito clara. Eu coloquei, desde o primeiro momento, minha posição contrária a votar esse projeto hoje, pelo açodamento do processo. Agora, a intromissão do Judiciário nesta Casa é inaceitável. Eu retiro o projeto de tramitação.

(Manifestação da galeria.)

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Vocês, professores, têm todo o direito de vaiar do jeito que quiserem. Não tem problema nenhum. Eu estou defendendo vocês aqui. Eu estou defendendo todos vocês aqui. Agora, esse modelo de criminalização e intromissão do Judiciário nesta Casa, se nós não terminarmos com isso – e Deputados desta Casa estão fazendo isso acontecer de forma deliberada –, é

melhor acabar mesmo com o Legislativo. Eu não permito isso. O projeto está retirado de pauta. Não teremos votação do projeto no dia de hoje.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (PMDB. Sem revisão do orador.) – Gente, um minutinho, por favor. É importante que vocês ouçam, porque o que foi dito pelo Deputado Joe Valle é que hoje nós, que somos da Oposição, que não queremos que esse projeto seja aprovado... E vocês têm toda razão. Se ele fosse à votação, seria sepultado. Hoje, com essa decisão judicial, ele continua vivo, lamentavelmente. O ideal era que ele fosse à votação e que esta Casa o derrotasse. Sequer ele poderia voltar mais. Agora, não. Agora, esse projeto continua. Na hora em que essa liminar cair, ele volta.

Nós hoje temos votos para derrubar, mas estamos impedidos por uma interferência judicial. É lamentável. Não há o que se comemorar, nós temos que comemorar quando derrotarmos esse projeto, e nós não derrotamos. Nós, simplesmente, deixamos ele no forno, e a qualquer momento pode nos queimar.

É bom que vocês saibam disso. A decisão judicial não nos favorece, a decisão judicial simplesmente protela isso. Então, deixando bem claro: o ideal era que o projeto fosse votado hoje para que ele fosse derrotado. E ele não será mais.

Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra ao Líder de Governo, Deputado Agaciel Maia.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PR. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu concordo, Deputado Joe Valle, que as questões internas da Câmara Legislativa... Mesmo porque as comissões são colegiadas, o plenário é colegiado, nós temos Deputados de lugares diferentes, de formações acadêmicas diferentes, de ideologias diferentes, e é esse debate, essa discussão que eleva e amadurece, principalmente nas discussões das políticas públicas.

Eu lamento porque a suspensão desse projeto permite que os Deputados continuem recebendo os seus salários. É uma situação muito cômoda os Deputados continuarem recebendo seus salários, mas no próximo mês – é pena que o Deputado Chico Vigilante não está aqui – os terceirizados, Deputada Luzia de Paula, os mais pobres vão estar sem salário. E eles, Sr. Presidente, não têm poder, não têm dinheiro para fazer faixas de *banner* que são caras.

Deputado Chico Vigilante, V.Exa. é testemunha de que, no mês passado, nós passamos por humilhação, enquanto mais de sessenta mil terceirizados estavam sem receber salários. As empresas que prestam serviço estão com os salários atrasados há três meses, mas nós Deputados, não. O Deputado, todo dia 20, está com o dinheiro na conta.

Os trabalhadores da limpeza das escolas, da vigilância dos hospitais, no próximo mês não vão receber não. E eles não têm dinheiro para pagar ônibus para vir reclamar aqui na galeria. É lamentável que a gente se posicione...

Eu preciso falar! Porque quando os salários dos terceirizados estiverem atrasados, quando os servidores aposentados estiverem com os salários atrasados, nós Deputados vamos estar com o salário pago. É importante, Presidente...

(Manifestação na galeria.)

(Assume a Presidência Deputado Wellington Luiz.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Gente, só um minuto, vamos garantir a palavra ao Parlamentar. Depois vocês vaiam.

(Manifestação na galeria.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Gente, vou pedir gentilmente. Nós estamos do mesmo lado, mas vou pedir educadamente mais uma vez: o Parlamentar tem o direito de se pronunciar. Nós somos contrários, vou inclusive contestar o que está sendo dito pelo Deputado Agaciel Maia, mas temos que respeitar a manifestação dele. Enquanto o Deputado estiver falando, é necessário... Senão ele não conclui. Então, por gentiliza, deixem o Deputado concluir, depois vocês vaiam, batem palmas, o que vocês quiserem, mas, por gentiliza, deixem o Deputado concluir.

Por favor, Deputado Agaciel Maia.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Eu quero apenas alertar os colegas de que, no início do próximo mês, nós vamos estar, Deputada Luzia de Paula...

(Manifestação na galeria.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Gente, se não pararem, eu vou suspender a sessão. Isso não, por favor. Por gentiliza, não. Vocês têm que esperar o Deputado se manifestar. Depois, que vocês vaiem, batam palmas. O Deputado está com a palavra. Por gentiliza.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu quero apenas – anotem aí, Deputado Juarezão, Deputada Luzia de Paula – saber se eles vão estar aqui quando os fornecedores, os prestadores de serviço e os servidores não receberem os seus salários; se eles farão o que eu fiz com o Deputado Chico Vigilante: ficarmos quatro horas e meia nos humilhando para que as empresas fizessem empréstimo para pagar os terceirizados.

Eu lamento, Sr. Presidente, que esse tratamento que é dado aos mais pobres, aos mais humildes, não seja dado aos Deputados, porque no mês de outubro, Deputado Ricardo Vale, nós vamos estar com os terceirizados sem pagamento, nós vamos estar com os aposentados sem pagamento, nós vamos estar com quem precisa pagar o aluguel sem pagar e quem precisa receber sem receber, porque o governo está escravo do sistema corporativo. É uma pena porque quem não pode pagar o seu salário não vai ter dinheiro nem sequer para vir protestar aqui.

Existe. Nós estamos levando Brasília a virar uma Caracas. Brasília vai virar uma Caracas. Essa cidade...

(Manifestação na galeria.)

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Essa cidade que nos deu oportunidade, Deputado Prof. Reginaldo Veras, caminha economicamente para o caos. Eu acho que a fórmula está certa, a fórmula de transformar este País e esta cidade numa Venezuela está perfeita, é o mesmo manual. Nós estamos com o mesmo manual do Chávez, nós estamos com o mesmo manual da Venezuela. Vamos apostar no caos, Deputado Bispo Renato Andrade, vamos apostar que a cidade não tenha condições de fazer funcionar os hospitais, vamos apostar que a cidade não tenha condições de fazer funcionar a educação. É lamentável que alguns colegas nossos adotem o manual venezuelano. Brasília não é Caracas! O que nós estamos fazendo com Brasília é o manual que a Venezuela fez. Espere, Deputado Wellington Luiz, daqui a dois, três meses...

Eu quero defender aqui que o governo tire esse projeto. Eu acho justo. Afinal de contas, vai afetar a nós Deputados? Claro que não. Vai afetar o fornecedor, o prestador de serviço. Eu, como Líder do Governo, vou fazer um apelo: tire, Governador! Mande que os terceirizados procurem os Deputados quando o pagamento não sair! Mande os fornecedores procurarem os Deputados quando o seu pagamento não sair! Afinal de contas, nós estamos, Deputado Raimundo Ribeiro...

(Manifestações na galeria.)

DEPUTADO AGACIEL MAIA – É nesse formato que a Venezuela afundou. É esse, sem tirar nem pôr. É o mesmo formato. Anota aí: Brasília vai virar uma Caracas, é questão de um ano. Anota aí, registra nas notas taquigráficas. E eu quero ver onde estão os colegas...

(Manifestações na galeria.)

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Vamos defender. As mesmas pessoas que defendem são as que defendem a ditadura venezuelana, Deputado Raimundo Ribeiro. É lamentável que a gente se curve a determinadas corporações, Sr. Presidente, e sacrifique mais de 150 mil pessoas, só pelo capricho corporativo.

Eu continuo e reafirmo: Brasília não é Caracas, nem o Brasil é a Venezuela.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, Deputado.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Bom, Deputado...

(Manifestações na galeria.)

(Intervenção fora do microfone.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Eu vou passar.

(Manifestações na galeria.)

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

DEPUTADA CELINA LEÃO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Eu estou tentando.

Gente, só um minutinho, por favor.

(Manifestações na galeria.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Eu vou ter que suspender a sessão. Não vai haver alternativa.

(Manifestações na galeria.)

(Intervenções fora do microfone.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – O Deputado Agaciel Maia já encerrou, nós vamos passar para o Deputado Wasny de Roure. Antes disso, há um pedido de uso da palavra do Deputado Raimundo Ribeiro.

(Manifestações na galeria.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Antes de passar a palavra para o Deputado Wasny de Roure, só quero lembrar ao nobre Deputado Agaciel Maia que, se o governo não tem competência para gerir os recursos que recebe, ele não pode responsabilizar os servidores pelo que está acontecendo.

(Manifestações na galeria.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Brasília, Deputado, não vai virar a Venezuela, porque a Venezuela não tem 13 bilhões de Fundo Constitucional, como nós temos.

(Manifestações na galeria.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – O problema do Sr. Governador é preguiça, é incompetência, é má vontade com os servidores. Na hora em que ele resolver trabalhar de verdade, eu não tenho a menor dúvida...

Eu duvido que ele atrase o salário dos servidores, porque, se ele atrasar, esta Casa vai parar. E ela tem que parar mesmo.

(Manifestações na galeria.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Então, nós vamos saber dar a resposta à altura.

Concedo a palavra ao Deputado Wasny de Roure.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Deputados, servidores, lideranças aqui presentes, assessores, em primeiro lugar, aqui não há nenhuma novidade. A Deputada Celina Leão é testemunha, o Deputado Raimundo Ribeiro é testemunha: em outros momentos colegas recorreram e não foram acolhidos na forma de liminar. Lembram-

se daquela questão tributária, em que nós debatemos aqui se seriam 16 votos ou não? O Dr. Waldir Leôncio reconheceu que o Regimento precisa ser observado, e o Regimento tem que garantir o debate.

Ninguém aqui fez a opção. Eu até gostaria que o governo retirasse. Tanto é verdade que eu entrei com o requerimento de não tramitar em regime de urgência. Eu fiz isso. Se há um Deputado... Inclusive, Sr. Presidente, eu quero dizer a V.Exa. que eu tenho um voto por escrito. São 22 páginas que eu vou entregar no dia certo. O Presidente ontem, no Colégio de Líderes, pediu tempo para que esse assunto pudesse ser mais debatido. A maioria dos Líderes da Casa entendeu que não. Ocorre que há o direito de minoria, que é de debater e aprofundar. Eu recorri. E o juiz se sentiu sensibilizado.

Será que criar um novo sistema previdenciário, que é colocar os servidores públicos no regime geral e criar a previdência complementar, é qualquer coisa de menos importância? É de somenos importância fazer o uso em quatro anos de R$ 5.500.000.000 (cinco bilhões e quinhentos milhões de reais) de um fundo de pensão? Ora, o Estado tem um leque de responsabilidade maior, muito mais do que terceirização, muito mais do que as empresas que fornecem serviços. O Estado tem muito mais. A questão não se trata disso. A questão se trata de um debate consequente, aprofundado, de um debate para saber como a legislação se posiciona sobre a matéria. E isso não aconteceu.

Deputado Raimundo Ribeiro, para V.Exa. se recordar, o Iprev, quando foi debatido e foi aprovado nesta Casa, Deputado Julio Cesar, Deputado Wellington Luiz, foram 69 dias e, se dependesse da base do Governo, teria sido votado na semana passada e, se possível, com essa galeria vazia. Ocorre que nem todos os fatores contribuíram para a maioria. Desta vez, a minoria teve capacidade de sensibilizar a Corte desta cidade. E é uma situação absolutamente provisória. Vamos ser sensatos para entendê-la. Parece-me que as pessoas nem sabem o que é liminar. Acho que nem leram. Ela não estabeleceu tempo, ela apenas propôs.

Eu quero dizer algo para os colegas. Não sei se todos receberam. Eu vou dizer, porque eu recebi da mão do próprio Presidente propostas alternativas à que estava sendo colocada no dia de hoje para votar. Eu pergunto aos colegas: que tempo nós teríamos para debater a proposta colocada se não tivéssemos essa oportunidade para debater? Mais a mais, Sr. Presidente, eu quero ser muito claro. Eu procurei V.Exa. e disse: "Presidente, em respeito à sua pessoa, eu vou entrar com um mandado de segurança, eu e o Deputado Ricardo Vale. O Deputado Chico Vigilante declinou a assinatura, entendi, mas eu e o Deputado Ricardo Vale recorremos ao tribunal". Não fui desrespeitoso nem desleal. Procurei V.Exa. e disse isso à sua pessoa, acompanhado inclusive de uma assessoria.

Naturalmente que isso é uma resposta ao método que o Governador vem aplicando. É essa a razão. Em 2015, utiliza do que utilizou (falha no microfone) em 2016. Até hoje o governo não colocou no nome do Iprev os imóveis da Terracap e do GDF. Até hoje! Ora, como é que eu posso acreditar no novo modelo, sendo que os

compromissos firmados sequer foram cumpridos? Como é que eu posso acreditar numa nova proposta de previdência complementar pela qual eu entro e uso um dinheiro à mercê do que eu quero? Não pode! O que os colegas estão entendendo da segregação de massa é algo que precisa ser repensado.

Deputado Agaciel Maia, V.Exa. é uma pessoa preparada. V.Exa. sabe o que está falando. V.Exa. tem consciência da responsabilidade que é a previdência. Tanto é verdade, Deputado Wellington Luiz, que o Presidente de Câmara, de ontem para hoje, veio à mídia para dizer que o governo não tem condições de aprovar a reforma previdenciária que ele alega que vai salvar este País.

Ora! E há quanto tempo está sendo debatida, Deputada Celina Leão, a previdência no Congresso Nacional? Vamos ter um pouco de respeito aos colegas que votam e vamos aprofundar. E eu vou dizer mais uma coisa, Deputado Julio Cesar: o problema é que as pessoas não têm interesse em se aprofundar, Deputado Raimundo Ribeiro. O Tribunal de Contas da União, agora referendado pelo Tribunal de Contas do Distrito Federal, é taxativo. Ele não entende que há superávit no sistema atual. É claro, está lá escrito, Deputado Joe Valle, está publicado. Ele entende que a taxa de retorno a utilizar é 3,9%. O GDF tem utilizado ora 6, ora 5,5%, que é o teto que a lei estabelece para cálculo dessa natureza. Como é que esta Casa se posiciona sobre um superávit que os órgãos de controle não reconhecem? Eles podem até estar errados, Deputado Raimundo Ribeiro, mas são os órgãos de controle que o País constituiu para ser exemplo.

Eu não tenho nenhum problema com essa questão de parcelamento, sabe por que, gente? Qual é a proposta do parcelamento do governo? Eu falei, Deputado Agaciel Maia: que comecem pelos nossos salários! Comece pelos salários dos Deputados, comece pelo nosso. Eu, inclusive, coloquei isso. Eu quero dizer aos colegas o seguinte: o governo apresentou o projeto de parcelamento, Deputada Celina Leão, para acima de R$ 7.500,00 (sete mil e quinhentos reais), e isso atinge apenas 15%. O governo foi tão esperto que, no mesmo mês em que ele tomou esta decisão, veio o retorno da previdência do âmbito federal, seja no Supremo, e seja no que tange à previdência patronal. A devolução de R$ 791.000.000,00 (setecentos e noventa e um milhões de reais) em vinte parcelas foi uma conquista do governo. Eu acho interessante, porque me parece que o governo só tem esse recurso.

Então, eu creio que esta vitória é desta Casa, esta vitória é para o debate legislativo, e ganhou esta Casa, e ganharam os servidores. A maioria está lá fora, Sr. Presidente. A maioria, inclusive, está lá fora. E eles querem acompanhar, pois a vida deles está nisso. E não é uma votação hoje que vai retirar-lhes os seus direitos conquistados com muito suor e com muita dedicação.

Faça concurso e adentre ao Estado! (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Antes de conceder a palavra ao Deputado Agaciel Maia e à Deputada Celina Leão, eu gostaria de solicitar aos

Deputados que sejam mais breves, pois existem vários Parlamentares inscritos para falar. E nós precisamos dar celeridade até para iniciarmos à votação.

DEPUTADA CELINA LEÃO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA CELINA LEÃO (PPS. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sras. e Sras. Deputados, eu só queria fazer um adendo à fala do Deputado Wasny de Roure, e parabenizá-lo, Deputado Wasny de Roure, porque, quando este projeto chegou aqui na quinta-feira, o Exmo. Governador do Distrito Federal já dava entrevista como se este projeto fosse ser votado na terça-feira da semana passada. Se esta Casa não tiver altivez e coragem de defender...

Deputado Agaciel Maia, eu tenho muito respeito por V.Exa., mas acho que, do ponto de vista da avaliação, está errado. Por quê? Se nós estamos tendo atraso de pagamento de outras áreas é porque nós temos um péssimo gestor, Deputado. Um péssimo gestor! Quando ele se candidatou a governador, usava o seguinte jargão – inclusive eu o ajudei –, Sr. Presidente: dinheiro tem, dinheiro tem, só não tem gestão! E é exatamente isso, Sr. Presidente, que eu acho que está acontecendo.

Do ponto de vista da fala do Deputado Wasny de Roure, eu queria fazer uma observação. Deputado, há algo que é muito importante: o governo conseguiu unificar dois projetos que eram diferentes. Dois projetos que eram diferentes. Para quê? Para dar o argumento para a população de que ele fazia economia de 1 bilhão, porque ele juntou a reforma da aposentadoria complementar, que não tem nada a ver com a unificação dos fundos, para dar um ar de legalidade a esse projeto que é um absurdo! É um absurdo o que está aqui!

(Apupos nas galerias.)

DEPUTADA CELINA LEÃO – Sr. Presidente, eu tenho muita tranquilidade. Eu tenho muita tranquilidade, até porque, como disseram os servidores aqui: vão fazer concurso público e passar.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, Deputada Celina Leão.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, hoje é um dia muito triste para esta Casa. Hoje é um dia muito triste para a Câmara Legislativa. Primeiro, o próprio Parlamentar – para mim, isso é triste, eu sou de uma escola legislativa – entrar contra a tramitação da própria Casa: isso é o fim do mundo, Presidente.

O Deputado Wasny de Roure foi Presidente, mas, em nenhum momento, ninguém entrou contra a tramitação enquanto ele foi Presidente. A Deputada Celina Leão foi Presidente; ninguém a desmoralizou.

Então, V.Exa., hoje, ao invés de presidir a Casa, botar para votar, para derrotar ou aprovar, V.Exa. é engessado. V.Exa. foi engessado. A Casa está sem poder funcionar. V.Exa. podia suspender. V.Exa. podia botar para votar, mas V.Exa. teve a sua função de Presidente...

(Apupos nas galerias.)

DEPUTADO AGACIEL MAIA – É lamentável. É um dia de tristeza.

Eu quero só concluir porque o Deputado Wasny de Roure me citou também: nós não temos o que comemorar. Estamos destruindo o setor produtivo. Nós estamos destruindo as empresas, que vão desempregar as pessoas. Que comemoração nós podemos ter, Deputado Wellington Luiz?

Quando aprovamos um projeto que melhora a qualidade de vida da população, batemos palmas, mas vamos bater palmas porque estamos acabando com as empresas, que estão há três meses sem receber? Vão demitir os empregados! Nós estamos acabando com o setor produtivo, porque 170 milhões não vão tramitar. Vamos bater palmas para todos nós, afinal de contas, é um dia para ser comemorado.

(Apupos na galeria.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, Deputado Agaciel Maia.

Concedo a palavra ao Deputado Raimundo Ribeiro.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO (PPS. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Presidente, inicialmente utilizei a palavra...

(Manifestações nas galerias.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Gente, só um minutinho. Vamos garantir a palavra ao Deputado, por gentileza.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO – Presidente, inicialmente eu utilizei a palavra...

(Manifestações na galeria.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Nós estamos vendo de onde está vindo...

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO – Eu pedi a palavra para parabenizar o Deputado Wasny de Roure e agora também o Deputado Ricardo Vale pela feliz iniciativa de buscar utilizar todos os instrumentos legais e legítimos para poder propiciar que esta Casa pudesse discutir um projeto de tamanha magnitude.

Desde quando esse projeto chegou a esta Casa, o governo tem sido alertado da importância dele. O governo tanto sabe que é importante que levou quase três anos para elaborar. Vejam que não estamos no início de um governo, estamos praticamente no terceiro ano do governo e, só na semana passada, o governo se sentiu no direito de encaminhar para esta Casa um projeto.

Até aí tudo bem, mandar um projeto a esta Casa é uma coisa perfeitamente normal. Agora, exigir que esta Casa analise algo que levou três anos para ser elaborado em duas semanas demonstra que no mínimo há uma desonestidade intelectual. Não se pode querer que uma casa composta de 24 Parlamentares, uma casa colegiada, simplesmente endosse um projeto dessa natureza que tanto impacto causa na vida das pessoas.

Mas a nossa luta sempre foi no sentido de permitir a discussão. E aí o que acontece? O Deputado Wasny de Roure e o Deputado Ricardo Vale ingressam no Judiciário e pedem a suspensão da tramitação, o que necessariamente vai levar ao debate! Então, vejam só, eu aqui não estou satisfeito ou insatisfeito, o que eu acho é que essa medida judicial vai propiciar aquilo que nós estamos defendendo desde o início, desde o momento em que esse projeto chegou à Casa.

Recebi algumas informações, Deputado Wasny de Roure, de que possivelmente o projeto seria rejeitado na votação. Mas da mesma forma, Deputado Ricardo Vale, que eu não quero aprovar sem discussão, eu também não quero reprovar sem discussão. Eu quero que a discussão seja feita. A nossa briga é nesse sentido, porque esse tema é muito importante na vida das pessoas!

E aí eu quero finalizar, em que pese todo o respeito que sempre empresto a todos os Parlamentares, em especial ao Deputado Agaciel Maia, mas eu não posso aqui, Deputado Agaciel Maia, dizer que podemos ficar calados diante de algumas coisas. Por exemplo, V.Exa. disse: "Ah, os terceirizados vão ficar sem pagamento, os fornecedores...". V.Exa. complementou dizendo: "Venham aí cobrar dos Deputados!" Não, não tem que cobrar de Deputado não, tem de cobrar de quem foi eleito Governador e não sabe gerir, é dele que tem que ser cobrado, tem que ser cobrado do Governador. Eu sempre disse aqui, e não é como crítica pessoal, que uma das características dele é a lerdeza, é lerdo naturalmente! E, quando ele resolveu governar, resolveu governar mal! Por quê? Porque tenta colocar nas costas desta Casa a incompetência dos seus três anos de governo. Quem tem que pagar fornecedor é o Poder Executivo, não é o Legislativo. Quem tem que pagar é o Executivo!

Agora, se não sabe planejar, se não sabe gerir os recursos, não venha aqui fazer chantagem emocional, porque ninguém aqui é criança, todos nós sabemos a obrigação de cada um, e a obrigação do Poder Executivo é no mínimo fazer aquilo que está previsto na lei, mas ele não faz. Ao mesmo tempo em que vem com essa choradeira aqui e diz: "Ah, nós vamos ficar sem pagar", um monte de coisa está sendo pago, um monte de isenção está sendo prestado, e ninguém fala nada? Uai, que história é essa? Ninguém aqui é criança, não!

Então, não venha o Governador com essa conversa mole de querer imputar à Câmara Legislativa um débito que ela não tem, como ele fez em ações draconianas quando ele viu que pessoas muito próximas dele estavam assaltando os cofres da

Secretaria de Saúde e, graças a laços familiares e laços de infância, montou uma operação draconiana para jogar a culpa nesta Casa!

Então, Deputado Agaciel Maia, permita-me dizer, com todo o respeito que empresto a V.Exa., que a culpa da incompetência do seu Governador Rodrigo Sobral Rollemberg não é nossa, é dele! (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, Deputado Raimundo Ribeiro.

Com a palavra o nobre Deputado Ricardo Vale.

DEPUTADO RICARDO VALE (PT. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, trabalhadores e trabalhadoras aqui presentes, imprensa, assessores, eu quero dizer a vocês e, primeiramente, ao meu colega, Deputado Wasny de Roure, que foi quem me convidou para juntos entrarmos com essa limitar para impedir que essa matéria fosse apreciada aqui hoje.

Eu me senti muito tranquilo, Deputado Wasny de Roure, quando V.Exa. me chamou e, naquele momento, na semana passada, já estavam com as cartas marcadas para aprovação desse texto da forma que o Governo mandou. Nós falamos ao Governador quando nos convidou, eu e o Deputado Chico Vigilante, para irmos tratar sobre esse assunto, que a forma com que esse projeto aqui chegou merecia ser melhor debatido, melhor apreciado, e que era preciso um tempo maior para podermos entende-lo. Muitos Deputados, inclusive os Deputados da Base e da própria Oposição não tinham segurança, não conheciam o texto. Portanto, tínhamos que ganhar tempo.

Ontem mesmo, quando se encerrou a reunião do Colégio de Líderes, a própria imprensa divulgou que as cartas já estavam marcadas e que hoje esse projeto seria apreciado e aprovado da forma como o Governo mandou.

Ora, gente, mexer com a Previdência, com o futuro de trabalhadores não é qualquer coisa. Não é coisa que se decide em 24 ou 48 horas. São famílias, são trabalhadores, são trabalhadoras que precisam ter a segurança de que, ao se aposentar, vão poder criar suas famílias, vão poder ter um futuro tranquilo. Portanto, não dá para pegarmos um texto como esse e aprová-lo da forma como o Governo queria. Foi por isso, nada contra a Câmara, nada contra os Deputados, foi por conta da possibilidade de esse texto ser votado na semana passada ou hoje é que nós empreitamos com a liminar e, felizmente, a Justiça a acatou e nós vamos ter o tempo suficiente para debatê-lo.

Nós também sabemos, não podemos aqui nos enganar, que existe uma crise econômica, existe uma crise política muito grande no nosso País e o Distrito Federal não é uma ilha isolada, pois se encontra com essa crise financeira, mas daí você escolher a aposentadoria dos trabalhadores para resolver esse problema meramente, apenas isso, eu não acho correto. Não acho que seja uma decisão inteligente do governo nem desta Casa.

Portanto, entre os interesses da Câmara Legislativa, entre os interesses do governo, entre os interesses da população e dos trabalhadores, eu fico com os interesses dos trabalhadores e da população do Distrito Federal.

Portanto, foi uma vitória desta Casa, Deputado Agaciel Maia. Agora vamos ter o tempo suficiente para melhorar, para discutir e buscar soluções para resolvermos esse problema de fluxo de caixa do governo, para que ele não atrase e não parcele os salários de servidores, para que a economia do Distrito Federal possa melhorar, mas sem prejudicar a classe trabalhadora desta cidade.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, Deputado Ricardo Vale.

Concedo a palavra ao Deputado Cláudio Abrantes. (Pausa.)

DEPUTADO LIRA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO LIRA (PHS. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente...

(Manifestações da galeria.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Gente, só um minutinho...

Gente, nós estamos deixando o governo trabalhar, é porque ele é preguiçoso, ele é quem não quer.

Concedo a palavra ao Deputado Lira.

DEPUTADO LIRA (PHS. Para questão de ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu estava aqui só observando o debate e uma coisa que me chamou a atenção é que, no finalzinho do governo passado, da gestão passada, o Presidente desta Casa era o Deputado Wasny de Roure, e o governo na época deu um aumento estratosférico, mesmo sabendo que não tinha condições de arcar com esse aumento. E eu pergunto: onde estava S. Exa., o Deputado Wasny de Roure, que não conseguiu brecar e que não conseguiu também abrir o debate naquela época, naquele momento, bem sabendo que não tinha condições de arcar com esse aumento? Essa é uma reflexão que faço porque demagogia não cabe no mundo moderno de realidade.

Então, Sr. Presidente, só para finalizar aqui o meu raciocínio, é que sou a favor da classe trabalhadora, mas com responsabilidade. Não estou aqui para fazer palanque político e fazer com que depois o próprio trabalhador fique sem receber o seu salário. Então, temos que fazer essa reflexão. Essa é a posição que, a meu ver, está equivocada.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Deputado, se o Deputado Wasny de Roure não responde... O Deputado Wasny de Roure, a meu exemplo, estava do lado dos servidores públicos, que é quem carrega o piano nas costas, por isso o

aumento foi concedido. Esse governo é que não tem competência de aplicá-lo, mas o Deputado Wasny de Roure fez muito bem.

Concedo a palavra ao Deputado Cláudio Abrantes.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES (Sem partido. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, nobres Pares, galeria, imprensa.

Sr. Presidente, de uma forma muita tranquila venho à tribuna nesta tarde porque nós estamos debatendo esse tema aqui e já estou debatendo esse tema há algum tempo, desde quando foi colocada a famigerada Reforma da Previdência no campo federal.

Hoje tem-se uma tendência no País de satanizar o servidor público, de dizer que tudo que está errado é culpa do servidor público, de o Governador deixar à tona que hoje tem problemas de caixa porque é o servidor público, porque ele gasta com... Ora! O servidor público é aquele que carrega o serviço público nas costas, então o Governo Temer, por exemplo, tenta, tenta fazer uma reforma, discute há meses, há meses discute uma reforma da previdência e não consegue aprová-la! Aí por que o Governo do Distrito Federal quer aprovar uma reforma em uma semana? Por que ele quer mexer de forma tão drástica com um impacto social para os servidores e para a sociedade em uma semana?

Nós, o que estamos fazendo aqui é termos a prudência que é necessária para quando se mexe em algo tão importante quanto é a aposentadoria do servidor público. Não podemos votar nada no afogadilho, não podemos aprovar no açodamento, e ainda mais por ser um projeto tão ruim! O projeto é péssimo! Ele é péssimo tecnicamente porque ele tenta antecipar uma situação que nem está prevista ainda no âmbito federal, que é a majoração da alíquota de 11 para 14%. Ele tenta justificar que vai parcelar salários se ele não for aprovado. Ora! Como parcelar salários se o governo recebeu há duas semanas 270 milhões de reais e vai receber mais 700 milhões de reais em parcelas de 40 mil reais? Ora, o problema aqui já está detectado: falta debate, falta discussão e falta gestão do Governo do Distrito Federal!

Então, nós temos que ter atenção porque aí as decisões que vão ser tomadas não podem resolver a vida financeira do Governo Rodrigo Rollemberg, não. Elas têm que ser decisões tomadas para proteger os trabalhadores! Para proteger os servidores públicos! É isso que está em conta. Vale dizer, Deputado Chico Vigilante, V.Exa. conhece muito bem, que o fundo que dizem que é deficitário, por que é deficitário? É deficitário porque os governos usavam o fundo para fazer diversas coisas e não para aplicá-lo na previdência e para a aposentadoria dos servidores. Se hoje há um fundo que é superavitário, ele é superavitário porque é destinado única e exclusivamente a fazer recursos e investimentos para proteger a aposentadoria. Então, é nisso que o governo quer colocar a mão. Na minha opinião, é errado, é ruim, e temos o dever de fazer um debate profundo, ouvindo as entidades, os sindicatos, e não fazer algo no afogadilho.

Então, nesse sentido, Sr. Presidente, eu quero dizer que também estou questionando a questão do *quorum*, porque a Lei Complementar n° 13, que é a que regulamenta essa questão dos *quoruns* aqui na Casa, é taxativa ao afirmar que em matérias previdenciárias a maioria é qualificada. Temos que debater até isso internamente, para saber se vão ser 13 ou 16 votos.

Que a gente tenha serenidade e, principalmente, responsabilidade com quem carrega o serviço público, quem carrega o Distrito Federal nas costas, que é o servidor público. Se tem alguém que está destruindo o Distrito Federal, está do outro lado da rua. Já destruiu a saúde, está destruindo a segurança pública, está destruindo o setor produtivo do Distrito Federal e agora quer destruir o serviço público. Isso nós não vamos admitir!

Muito obrigado.

(Assume a Presidência o Deputado Joe Valle.)

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Muito obrigado.

Concedo a palavra ao Deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, primeiro, eu acho que tem de ficar claro, Deputado Joe Valle – e a verdade aqui é para ser dita –, é que, graças a um trabalho de V.Exa., junto com outros Deputados, e eu me incluo nesta lista, o governo não tem os 13 votos para aprovar o projeto. É um reconhecimento que tem de ser feito.

A questão da liminar, que poderá cair a qualquer momento, também não pode servir para aqueles que apoiam o governo dizer: "Ah, agora, porque caiu, nós vamos votar." Porque não é assim. O problema do projeto é que a gente não vai aprová-lo do jeito que está, porque ele é ruim; do jeito que esse projeto está, ele não serve para a sociedade. E mais...

(Intervenção fora do microfone.)

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Eu gostaria que as pessoas que estão ali dizendo para votar prestassem atenção ao seguinte... Porque não adianta ficar dizendo "vota, vota", porque nós não vamos votar! Aqui ninguém vai ganhar nada no grito.

Quero dizer a vocês que o governo está mentindo para vocês. Não adianta ficar dizendo que está resolvendo o problema, porque ele está criando um problema maior. Se este projeto for votado do jeito que está – e por isso ele não pode passar nesta Casa, Deputado Prof. Reginaldo Veras –, daqui a três anos o Distrito Federal vai estar pior do que o Rio de Janeiro. O Deputado Agaciel Maia falou aqui da Venezuela, eu falo do Rio de Janeiro, vai estar pior, muito pior do que o Rio de Janeiro. Em todos os estados em que aconteceu a unificação dos fundos deu errado. Em todos que aconteceu a unificação, deu errado!

Pergunto, Deputado Joe Valle... Eu lamento que o governo traga pessoas assalariadas, que estão aqui recebendo para vir dizer que o projeto é bom. Lamento que traga cargo comissionado para dizer que o projeto é bom.

Tem mais, esse projeto do jeito que está, quero ver qual é o Deputado que vai colocar a sua assinatura num monstrengo desse. Eu quero ver qual é o Deputado que vai dizer, daqui a alguns anos, que colocou a sua assinatura no sepultamento dos direitos dos servidores.

E quero dizer mais, pois é importante que seja dito, Deputado Joe Valle, na verdade, o que o Governo Rollemberg, que criticou tanto o Agnelo, está fazendo, Deputada Luzia de Paula, é se apoderando de uma poupança criada no Governo Agnelo e agora quer gastar indevidamente.

Essa poupança, esse superavitário, foi criada na época do governo Agnelo. Portanto, o projeto não passa, não será aprovado. Deputado Joe Valle, eu quero continuar contando com o empenho e o apoio de V.Exa., assim como dos demais Deputados que são contra esse monstrengo, para que ele não passe aqui.

Estão mentindo para o setor produtivo, dizendo que basta aprovar esse projeto para revolver a questão. Não vai resolver, estão mentindo para os desempregados, dizendo que basta votar esse projeto para se gerar emprego, como se brotasse emprego simplesmente ao se aprovar a destruição de um fundo que é dos servidores públicos do Distrito Federal e, em última instância, da sociedade.

Deputado Joe Valle, V.Exa. tem o meu apoio. Vamos continuar fazendo com que esse projeto não seja aprovado. Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Muito obrigado, Deputado Chico Vigilante.

Encerro os Comunicados de Parlamentares.

Dá-se início à

ORDEM DO DIA.

Como aprovado no Colégio de Líderes, nós votaremos a manutenção dos vetos dos Deputados.

Solicito à Sra. Secretária que proceda à chamada nominal dos Deputados para verificação de *quorum*.

(Procede-se à verificação de *quorum*.)

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
PRESIDÊNCIA
SECRETARIA LEGISLATIVA
7ª LEGISLATURA - 3ª SESSÃO LEGISLATIVA - 2017

VERIFICAÇÃO DE QUÓRUM | **DATA: 05/09/2017**

LISTA DE VERIFICAÇÃO DE PRESENÇA DOS DEPUTADOS

QTD	DEPUTADOS	PARTIDO	PRESENTE	AUSENTE
1	AGACIEL MAIA	PR	1	
2	BISPO RENATO ANDRADE	PR	1	
3	CELINA LEÃO	PPS	1	
4	CHICO LEITE	REDE		1
5	CHICO VIGILANTE	PT	1	
6	CLÁUDIO ABRANTES	SEM PARTIDO	1	
7	CRISTIANO ARAÚJO	PSD		1
8	DELMASSO	PODEMOS	1	
9	JUAREZÃO	PSB	1	
10	JULIO CESAR	PRB	1	
11	LILIANE RORIZ	PTB		1
12	LIRA	PHS	1	
13	LUZIA DE PAULA	PSB	1	
14	PROF. ISRAEL	PV		1
15	PROF. REGINALDO VERAS	PDT	1	
16	RAFAEL PRUDENTE	PMDB	1	
17	RAIMUNDO RIBEIRO	PPS	1	
18	RICARDO VALE	PT	1	
19	ROBÉRIO NEGREIROS	PSDB		1
20	SANDRA FARAJ	SD		1
21	TELMA RUFINO	PROS	1	
22	WASNY DE ROURE	PT	1	
23	WELLINGTON LUIZ	PMDB	1	
24	JOE VALLE	PDT	1	
RESULTADO			18	6

QUÓRUM	
18	PRESENTES
6	AUSENTES
24	SOMATÓRIO

SECRETÁRIO DA SESSÃO
DEPUTADA TELMA RUFINO

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05 | 09 | 2017	15h	77ª SESSÃO ORDINÁRIA	20

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Estão presentes 18 Deputados. Há *quorum* para votação, que iniciaremos neste momento.

Eu gostaria de pedir silêncio à galeria, porque nós faremos votação dos vetos, entraremos em processo de votação.

(Manifestação da galeria.)

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Nós entraremos em votação agora. Eu gostaria de pedir silêncio para a galeria, por favor.

Informo às Sras. e aos Srs. Deputados que foram lidos na sessão ordinária de 29 de agosto de 2017 os relatórios aos vetos totais e parciais referentes aos itens nºs 10 a 93, com exceção do item nº 82 da Ordem do Dia de hoje.

Antes de iniciar a votação, eu gostaria de solicitar ao relator da Comissão de Constituição e Justiça, o Deputado Prof. Reginaldo Veras, que procedesse à leitura dos relatórios pela manutenção dos vetos, referentes aos itens nºs 7 e 9, que serão apreciados em bloco.

Apreciação, em bloco, dos seguintes itens.

Item nº 7:

Apreciação do veto parcial ao Projeto de Lei Complementar nº 24, de 2015, de autoria do Poder Executivo, que "altera a Lei nº 1.826, de 13 de janeiro de 1998, que 'cria o Parque Ecológico Ezechias Heringer, na Região Administrativa do Guará – RA X'".

Solicito ao Deputado Prof. Reginaldo Veras que proceda à leitura do relatório da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS (PDT. Para proceder à leitura do relatório.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é o seguinte o relatório:

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete da Deputada Sandra Faraj

RELATÓRIO Nº 01 , DE 2016 - CCJ

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA sobre o VETO PARCIAL oposto ao Projeto de Lei Complementar nº 24/2015, que "Altera a Lei n° 1.826, de 13 de janeiro de 1998, que cria o Parque Ecológico Ezechias Heringer, na Região Administrativa do Guará – RA X".

Relatora: Deputada Sandra Faraj

Com a Mensagem nº 239/2016-GAG, de 19 de outubro de 2016, o Governador do Distrito Federal comunicou à Presidência desta Casa os motivos de veto parcial oposto ao Projeto de Lei Complementar nº 24/2015, de autoria do Poder Executivo, que altera a Lei n° 1.826, de 13 de janeiro de 1998, que cria o Parque Ecológico Ezechias Heringer, na Região Administrativa do Guará – RA X.

A proposição em comento foi aprovada com alterações, ficando a redação final conforme fls. 534 a 545.

Em sua exposição de motivos, o Governador asseverou que as proposições vetadas, acrescentadas por emendas parlamentares, fixam aplicação de percentual mínimo dos recursos obtidos com a venda do imóvel referido no *caput* do art. 3º apenas no Parque Ezechias Heringer e proíbem a utilização do mesmo para fins residenciais. Todavia, estes dispositivos não podem ser sancionados por se tratarem de normas que ferem os princípios do interesse público, da razoabilidade e da eficiência, insculpidos no art. 19 da LODF.

Ademais, a legislação urbanística vigente admite o uso residencial e comercial para a área em questão, motivo pelo qual a restrição expressa no parágrafo 8º se revela contrária à política habitacional do Distrito Federal.

São essas as informações que reputamos necessárias à apreciação da matéria no âmbito desta Casa Legislativa.

Sala das Sessões, em

Deputado
Presidente

Deputada SANDRA FARAJ
Relatora

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05 | 09 | 2017	15h	77ª SESSÃO ORDINÁRIA	21

DEPUTADO RICARDO VALE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RICARDO VALE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, só quero dizer aos professores, ao pessoal do Sinpro, que o professor detido pela Copol já foi liberado.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Item nº 9:

Apreciação do veto parcial ao Projeto de Lei nº 711, de 2015, de autoria do Deputado Cláudio Abrantes, que "altera dispositivos da Lei n° 5.021, de 22 de janeiro de 2013, que 'dispõe sobre a concessão de incentivo fiscal para a realização de projetos culturais e dá outras providências'".

Solicito ao Deputado Prof. Reginaldo Veras que proceda à leitura do relatório da Comissão de Constituição e Justiça sobre o veto parcial aos incisos I e III do art. 3º, e ao art. 5º.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS (PDT. Para proceder à leitura do relatório.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é o seguinte o relatório:

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete da Deputada Sandra Faraj

RELATÓRIO Nº 01 , DE 2016 - CCJ

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA sobre o VETO PARCIAL oposto ao Projeto de Lei nº 711/2015, que "Altera dispositivos da Lei nº 5.021, de 22 de janeiro de 2013, que dispõe sobre a concessão do incentivo fiscal para a realização de projetos culturais e dá outras providências".

Relatora: Deputada Sandra Faraj

Com a Mensagem nº 362/2015-GAG, de 30 de dezembro 2015, o Governador do Distrito Federal comunicou à Presidência desta Casa os motivos de veto parcial oposto ao Projeto de Lei nº 711/2015, de autoria do Deputado Cláudio Abrantes que altera dispositivos da Lei nº 5.021, de 22 de janeiro de 2013, que dispõe sobre a concessão do incentivo fiscal para a realização de projetos culturais e dá outras providências.

A proposição em comento foi aprovada com alterações, ficando a redação final conforme fls. 38-42.

Em sua exposição de motivos, o Governador asseverou que os incisos I e III do art. 3º, que alteram de 3% para 5%, extrapolam o limite previsto no Convênio ICMS 27/06 e, dessa forma, fere o art. 155 da Constituição Federal, o art. 135 da Lei Orgânica do DF e o art. 1º da Lei Complementar Federal nº 24/75, além de potencialmente ampliar a renúncia de receita sem observar o art. 14 da Lei Complementar 101/2000. Além disso, o art. 5º do Projeto foi vetado por entender que não está no rol das competências da Secretaria de Estado da Cultura as matérias relacionadas a incentivo fiscal.

São essas as informações que reputamos necessárias à apreciação da matéria no âmbito desta Casa Legislativa.

Sala das Sessões, em

Deputado
Presidente

Deputada SANDRA FARAJ
Relatora

emm.

Praça Municipal – Quadra 2 – Lote 5 – Gabinete 18 - CEP 70094-902 — Brasília-DF – Tel. (61) 3348-8182

CCJ
PL Nº 711 /2015
FOLHA 64 RUBRICA

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	**Horário Início**	**Sessão/Reunião**	**Página**
05 | 09 | 2017	15h	77ª SESSÃO ORDINÁRIA	22

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Em discussão os relatórios. (Pausa.)

Informo que estão sendo votados os vetos referentes aos itens nºs 7 a 93, com exceção do item nº 82. Todos já foram lidos em sequência no dia 29 de agosto de 2017. Informo ainda que os vetos parciais também serão votados em bloco, caso não haja manifestação em contrário.

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Passa-se à apreciação dos vetos.

Os vetos exigem, para sua rejeição, o voto contrário da maioria absoluta dos membros da Casa, em votação pelo processo nominal.

Os Deputados que votarem "sim" estarão aprovando os vetos; os que votarem "não" estarão rejeitando-os.

A orientação é pelo voto "sim", ou seja, pela manutenção.

Solicito à Sra. Secretária que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
PRESIDÊNCIA
SECRETARIA LEGISLATIVA
7ª LEGISLATURA - 3ª SESSÃO LEGISLATIVA - 2017

VOTAÇÃO EM BLOCO DOS VETOS ÀS SEGUINTES PROPOSIÇÕES: **DATA: 05/09/2017**

VETOS TOTAIS: PL 83/11; PL 196/11; PL 468/11; PL 458/11; PL 1.174/12; PL 811/12; PL 1.152/12; PL 1.175/12; PL 1.170/12; PL 376/11; PL 1.401/13; PL 32/11; PL 33/11; PL 700/12; PL 1.081/12; PL 191/11; PL 1.266/12; PL 1.305/12; PL 1.837/14; PL 22/11; PL 282/15; PL 145/15; PL 461/15; PL 506/15; PL 572/11; PL 537/15; PL 143/15; PL 391/15; PL 941/12; PL 808/15; PL 234/15; PL 1.973/14; PL 122/15; PL 634/11; PL 444/15; PL 626/15; PL 1.843/14; PL 463/15; PL 1.111/2016; PL 137/15; PL 1.374/13; PL 727/12; PL 1.171/12; PL 1.225/16; PL 270/15; PL 432/15; PL 64/15; PL 442/15; PL 86/15; PL 507/15;

VETOS PARCIAIS: PL 651/11 (art. 3º e inciso VIII e § único do art. 4º); **PL 1.405/13** (parágrafo único do art. 7º); **PL 1.774/14** (arts. 1º e 4º); **PL 1.880/14** (art. 2º); **PL 1.464/13** (art. 4º); **PL 874/12** (arts. 3º e 4º); **PL 458/15** (art. 3º); **PL 466/15** (art. 5º); **PL 300/15** (art. 2º); **PL 1.183/12** (art. 4º); **PL 1.832/14** (parágrafo único do art. 2º); **PL 414/15** (arts. 5º, 6º e 7º); **PL 132/15** (inciso II do art. 6º, caput do art. 8º, § 1º do art. 10 e art. 11); **PL 1.759/13** (art. 2º); **PL 361/15** (art. 7º); **PL 366/15** (§§ 1º, 2º, 3º, 4º e 5º do art. 4º e ao art. 5º); **PL 679/15** (arts. 3º, 4º, 7º, 8º, 9º, 10, 15, 23 e 26); **PL 342/11** (art. 4º); **PLC 5/15** (art. 1º); **PL 572/15** (art. 4º); **PL 607/15** (arts. 3º, 4º e 6º); **PL 1.187/12** (caput e parágrafo único do art. 2º); **PL 429/15** (art. 3º); **PL 443/15** (art. 3º); **PL 1.353/13** (art. 3º); **PL 761/15** (inciso V do art. 4º e o art. 5º); **PL 166/15** (art. 4º); **PL 21/15** (art. 2º); **PL 222/15** (parágrafo único do art. 1º); **PL 1.324/16** (inciso II e § 2 º do art. 1º); **PL 1.746/13** (art. 2º); **PL 1.584/13** (art. 2º); **PL 478/15** (art. 5º); **PLC 24/15** (§§ 1º, 2º e 8º do art. 3º); **PL 711/15** (incisos I e III do art. 3º e o art. 5º); **PL 1.260/16** [incisos I e II do art. 4º e ao § 2º do art. 8º e às seguintes ações com seu valor: 3135(400.000), 3135(1.627.000), 7294(600.000), 7244(500.000), 3223(1.300.000), 3247(500.000), 3903(40.357.282), 8517(168.621.720) excetuado GND 4 (38.054.508), 8502(5.200.000), 8502(2.400.000), 8502(3.000.000), 8504(50.251.829), 2631(1.000.000), 4090(1.000.000), 4091(1.000.000), 4057(50.264.654), 8502(22.000.000), 8504(1.000.000), 2316(50.000), 1471(15.501.000), 8505(8.500.000), 1968(50.000), 1968(50.000), 3005(1.000.000) e 5745(100.000)]

AUTORIA: VÁRIOS DEPUTADOS **RELATORIA: DEPUTADO DELMASSO**

QTD	DEPUTADOS	PARTIDO	SIM	NÃO	ABS.	AUS.	OBST.	DV.
1	AGACIEL MAIA	PR				1		
2	BISPO RENATO ANDRADE	PR				1		
3	CELINA LEÃO	PPS				1		
4	CHICO LEITE	REDE				1		
5	CHICO VIGILANTE	PT	1					
6	CLÁUDIO ABRANTES	PARTIDO		1				
7	CRISTIANO ARAÚJO	PSD				1		
8	DELMASSO	PODEMOS	1					
9	JUAREZÃO	PSB	1					
10	JULIO CESAR	PRB	1					
11	LILIANE RORIZ	PTB				1		
12	LIRA	PHS	1					
13	LUZIA DE PAULA	PSB	1					
14	PROF. ISRAEL	PV				1		
15	PROF. REGINALDO VERAS	PDT	1					
16	RAFAEL PRUDENTE	PMDB	1					
17	RAIMUNDO RIBEIRO	PPS	1					
18	RICARDO VALE	PT	1					
19	ROBÉRIO NEGREIROS	PSDB				1		
20	SANDRA FARAJ	SD				1		
21	TELMA RUFINO	PROS	1					
22	WASNY DE ROURE	PT	1					
23	WELLINGTON LUIZ	PMDB	1					
24	JOE VALLE	PDT	1					
	RESULTADO		14	1	0	9	0	24

RESULTADO DA VOTAÇÃO
MANTIDOS (X) REJEITADOS ( )

SECRETÁRIO DA SESSÃO: DEP. TELMA RUFINO

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES (Sem partido. Sem revisão do orador.) – Antes de V.Exa. promulgar o resultado, Sr. Presidente, eu queria dizer que, embora haja o acordo para a manutenção do veto, o projeto é de minha autoria. Então, eu voto "não".

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 14 votos favoráveis e 1 voto contrário, do Deputado Cláudio Abrantes. Houve 9 ausências.

Total de votantes: 15.

Ficam mantidos os vetos.

A Presidência determinará as providências necessárias para comunicar o resultado ao Sr. Governador do Distrito Federal.

Passaremos, agora, à análise dos vetos restantes acordados para a rejeição, referentes aos itens de nº 1 a nº 6.

DEPUTADA CELINA LEÃO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA CELINA LEÃO (PPS. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, há um veto de minha autoria. Eu gostaria de pedir que ele fosse retirado da pauta. É o item nº 93.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Já foi votado.

Passaremos, agora, à análise dos vetos restantes acordados para a rejeição, referentes aos itens de nº 1 a nº 6.

Consulto os Líderes se há acordo para votarmos em bloco os vetos totais e parciais restantes de autoria dos Deputados para rejeição. (Pausa.)

Há acordo.

Item nº 1:

Apreciação do veto total ao Projeto de Lei nº 1.825, de 2014, de autoria do Deputado Joe Valle, que "altera a Lei nº 4.751, de 7 de fevereiro de 2012".

Concedo a palavra ao Deputado Prof. Reginaldo Veras para proceder à leitura do relatório da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS (PDT. Para proceder à leitura do relatório.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é o seguinte o relatório:

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete da Deputada Sandra Faraj

RELATÓRIO Nº 01 , DE 2015 - CCJ

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA sobre o VETO TOTAL oposto ao Projeto de Lei nº 1825/2014, que altera a Lei nº 4.751 de 7 de fevereiro de 2012.

Relatora: Deputada Sandra Faraj

Com a Mensagem nº 227/2015-GAG, de 24 de setembro de 2015, o Governador do Distrito Federal comunicou à Presidência desta Casa os motivos de veto total oposto ao Projeto de Lei nº 1825/2014, de autoria do Deputado Joe Valle, que altera a Lei nº 4.751 de 7 de fevereiro de 2012.

A proposição em comento foi aprovada com alterações, ficando a redação final conforme fl. 41.

Em sua exposição de motivos, o Governador asseverou que o Projeto de Lei se sobrepõe ao princípio da separação dos poderes, restringindo a forma como se dará a execução orçamentária no âmbito do Poder Executivo, determinando o modo de ordenação dos repasses de recursos financeiros aos órgãos deste Poder, em desacordo com o previsto no art. 71 da Lei Orgânica do Distrito Federal.

São essas as informações que reputamos necessárias à apreciação da matéria no âmbito desta Casa Legislativa.

Sala das Sessões, em

Deputado
Presidente

Deputada SANDRA FARAJ
Relatora

emm.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PL N.º 1825 /2014
FOLHA 48 RUBRICA

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05 | 09 | 2017	15h	77ª SESSÃO ORDINÁRIA	24

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Item nº 2:

Apreciação do veto total ao Projeto de Lei nº 877, de 2012, de autoria dos Deputados Joe Valle e Chico Leite, que "altera a Lei nº 4.770, de 22 de fevereiro de 2012, que 'dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e na contratação de obras e serviços pelo Distrito Federal'".

(Assume a Presidência o Deputado Wellington Luiz.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra ao Deputado Prof. Reginaldo Veras para proceder à leitura do relatório da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS (PDT. Para proceder à leitura do relatório.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é o seguinte o relatório:

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇ.
N.º 877 /2012
FOLHA 26 RUBRICA

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete da Deputada Sandra Faraj

RELATÓRIO Nº 01 , DE 2015 - CCJ

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA sobre o VETO TOTAL oposto ao Projeto de Lei nº 877/2012, que altera a Lei nº 4.770 de 22 de fevereiro de 2012 que dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e na contratação de obras e serviços pelo Distrito Federal.

Relatora: Deputada Sandra Faraj

Com a Mensagem nº 229/2015-GAG, de 24 de setembro de 2015, o Governador do Distrito Federal comunicou à Presidência desta Casa os motivos de veto total oposto ao Projeto de Lei nº 877/2012, de autoria do Deputado Joe Valle e do Deputado Chico Leite, que altera a Lei nº 4.770 de 22 de fevereiro de 2012, que dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e na contratação de obras e serviços pelo Distrito Federal.

A proposição em comento foi aprovada sem alterações, ficando a redação final conforme fl. 19.

Em sua exposição de motivos, o Governador asseverou que o Projeto de Lei envolve a competência privativa da União Federal para legislar sobre temas gerais de licitações e contratos administrativos, nos termos do art. 22 da Constituição Federal. De outro lado, o art. 17 da Lei Orgânica do Distrito Federal elenca taxativamente as matérias que se inserem no âmbito da competência normativa deste ente Distrital e, dentre tais temáticas, não se incluem normas gerais de licitação ou contratação administrativa. Paralelamente, o art. 14 desta mesma Lei Orgânica veda a este ente federado o exercício de competência normativa que não lhe tenha sido outorgada pela Carta da República.

São essas as informações que reputamos necessárias à apreciação da matéria no âmbito desta Casa Legislativa.

Sala das Sessões, em

Deputado
Presidente

Deputada SANDRA FARAJ
Relatora

emm.

Praça Municipal – Quadra 2 – Lote 5 – Gabinete 18 - CEP 70094-902 — Brasília-DF – Tel. (61) 3348-8182

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05 09 2017	15h	77ª SESSÃO ORDINÁRIA	25

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, nós fomos surpreendidos, no final do dia de ontem, com o falecimento do filho – um jovem de 18 anos – do Átila, um servidor do primeiro concurso desta Casa, notoriamente conhecido, cujo nome completo é Átila Vinícius de Carvalho Pessoa. Eu queria, em nome dos colegas Deputados, dar as nossas condolências ao pai e a toda a família. É um servidor pelo qual particularmente nutro enorme respeito e consideração pela qualidade e dedicação de seu trabalho a esta Casa, de anos e anos. Agora ele recebe uma notícia bastante desagradável. As nossas condolências a ele e a sua família. Naturalmente eu creio que esse é o sentimento de todos colegas Deputados desta Casa.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Deputado, nós é que agradecemos e lamentamos. Em nome de toda a Casa, também apresentamos nossas condolências ao Átila, que é um amigo, um companheiro. É realmente um fato lamentável. Que Deus dê força a ele e a todos os seus familiares num momento tão difícil como esse.

Obrigado, Deputado Wasny de Roure.

Item nº 3:

Apreciação do veto total ao Projeto de Lei nº 1.246, de 2016, de autoria do Deputado Claudio Abrantes, que "obriga a instalação de dispositivo eletrônico de segurança Botão do Pânico em todos os veículos coletivos que compõem a frota de transporte público que circula no Distrito Federal e dá outras providências".

Concedo a palavra ao Deputado Prof. Reginaldo Veras para emitir o relatório da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS (PDT. Para emitir relatório.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é o seguinte o relatório:

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

RELATÓRIO Nº 1 , DE 2017 - CCJ

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA sobre o VETO TOTALL oposto ao Projeto de Lei nº 1.246/2016, que "Obriga a instalação de dispositivo eletrônico de segurança - 'Botão do Pânico' - em todos os veículos coletivos que compõem a frota de transporte público que circula no Distrito Federal e dá outras providências".

Relator: Deputado Professor Reginaldo Veras

O Governador do Distrito Federal, por intermédio da Mensagem nº **244/2017-GAG, de 08 de agosto de 2017**, comunicou à Presidência desta Casa os motivos do veto **total** oposto ao **Projeto de Lei nº 1.246/2016**, de autoria do **Deputado Claudio Abrantes**, que **Obriga a instalação de dispositivo eletrônico de segurança - 'Botão do Pânico' - em todos os veículos coletivos que compõem a frota de transporte público que circula no Distrito Federal e dá outras providências.**

A proposição em comento não foi aprovada nos termos da proposição original.

Nas **fls. 30 e 31**, depreende-se que o Chefe do Executivo motivou o veto, uma vez que, padece vício de constitucionalidade material e formal. A proposição, segundo o Governador invade a competência do Chefe do Poder, conforme o art. 71 e seguintes da Lei Orgânica e do art. 61, § 1°, da Constituição Federal.

Argumenta ainda, que materialmente a imposição legal de compra do Dispositivo de Segurança Preventivo- DSP, Botão do Pânico.

Ademais, viola os princípios constitucionais da impessoalidade, moralidade e eficiência, além da regra que submete as compras do Poder Público ao processo licitatório, e do equilíbrio econômico-financeiro dos contratos já firmados com as atuais concessionárias.

São essas as informações que reputamos necessárias à apreciação da matéria no âmbito desta Casa Legislativa.

Sala das Sessões, em

PRESIDENTE

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS
RELATOR

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05 | 09 | 2017	15h	77ª SESSÃO ORDINÁRIA	26

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, Deputado. Eu queria solicitar à segurança que abordasse esse rapaz que está agredindo moralmente a Deputada Celina Leão para que se retirasse.

DEPUTADA CELINA LEÃO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA CELINA LEÃO (PPS. Sem revisão da oradora.) – É muito importante colocar que, na semana em que tivemos aquela votação daquele projeto de lei dos fundos, tínhamos uma mobilização aqui também. Na semana seguinte, nós recebemos o pessoal das cooperativas, Deputado Wasny de Roure. E aquele pessoal das cooperativas falou que eles foram convidados para virem aquele dia aqui para se manifestarem contra os Deputados que eram contrários ao projeto. Eles iriam ganhar lotes do governo para virem aqui para vaiarem os Deputados. É deste jeito que o governo faz a mobilização: prometendo o que não tem, tirando gente de cargo comissionado para vir aqui, em vez de ouvir o servidor concursado, que é quem será prejudicado. Eu não tenho medo de vocês, não, porque eu sei o que eu estou fazendo aqui. E vocês?

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Essa é uma prática desse governo, Deputada. Pode ter certeza absoluta de que a resposta do governo virá logo.

DEPUTADA CELINA LEÃO – A Drácon é da esposa do governador de vocês. Olhem lá nos autos: a esposa do governador é citada mais de quarenta vezes.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Deputada, não perca seu tempo. São pessoas que foram contratadas pelo governador.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, todo mundo nesta Casa sabe que eu tenho divergências com a Deputada Celina Leão. Agora não é correto o que está sendo feito aqui. Deputados que estão aqui trabalhando não podem ser agredidos por pessoas que nem sabem o que vieram fazer aqui.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Já pedi à segurança que retire todos que estão atacando a Deputada.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Não é possível que isso continue acontecendo nesta Casa. As pessoas têm o direito de vir, têm o direito de se manifestar, mas não têm o direito de agredir os Deputados que estão aqui. Não é correto. Ainda mais pessoas que certamente deveriam estar no local de trabalho, porque são de cargos comissionados do GDF.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Exatamente. Eu já disse uma vez: aqui é a Casa do Povo, não é a casa da mãe joana. Eu gostaria de solicitar à segurança que retire imediatamente quem proferir mais uma agressão moral à Deputada ou a qualquer outro Parlamentar.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05 | 09 | 2017	15h	77ª SESSÃO ORDINÁRIA	27

DEPUTADA CELINA LEÃO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA CELINA LEÃO (PPS. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, a lei é muito clara quanto ao servidor público da administração... Eu gostaria que V.Exa. pedisse a todas as pessoas que estão ali em cima que apresentassem sua identidade para ver onde elas estão trabalhando, porque, no horário de trabalho, tinham que estar na Secretaria deles. Então, eu gostaria de solicitar aos seguranças da Casa que pedissem a identidade de todo mundo.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Como responsável pela Coordenação de Polícia, vou solicitar que todos assim o façam.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO (PPS. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, acho que isso aqui é sempre um ensinamento, e o ensinamento reside no fato de que todos nós temos o direito de nos manifestar. Agora, isso não nos dá o direito de ofender as pessoas.

Portanto, quero também me solidarizar com a Deputada Celina Leão. Já existem indícios de motivações de algumas pessoas que estão aqui. Agora, sem prejuízo disso, acho que uma medida se impõe e eu requeiro isso ao Sr. Presidente, no sentido de que, caso haja ofensa, que esta Casa restabeleça o equilíbrio. E restabelecer o equilíbrio significa retirar do recinto quem profere ofensa.

Então, fica aqui meu requerimento, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Muito obrigado, Deputado Raimundo Ribeiro. As providências serão adotadas.

Item nº 4:

Apreciação do veto total ao Projeto de Lei nº 456, de 2011, de autoria da Deputada Celina Leão, que "institui o direito ao consumidor de energia elétrica, no âmbito do Distrito Federal, a ter sua conta mensurada de forma individual nas edificações coletivas residenciais, comerciais ou de uso misto e dá outras providências".

Na ausência do Relator, Deputado Chico Leite, solicito ao Deputado Prof. Reginaldo Veras que proceda à leitura do relatório da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS (PDT. Para proceder à leitura do relatório.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é o seguinte o relatório:

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO DEPUTADO CHICO LEITE – PT/DF

RELATÓRIO Nº 01 , DE 2012

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA sobre o VETO TOTAL oposto ao Projeto de Lei nº 456/2011, que *institui o direito ao consumidor de energia elétrica, no âmbito do Distrito Federal, a ter sua conta mensurada de forma individual nas edificações coletivas residenciais, comerciais ou de uso misto e dá outras providências.*

Relator: Deputado Chico Leite

Pela Mensagem nº 189/2012-GAG (fls. 20/21), o Chefe do Poder Executivo comunicou a esta Casa a oposição de **veto total** ao Projeto de Lei n.º 456, de 2011, de autoria da Deputada Celina Leão, que institui o direito ao consumidor de energia elétrica de ter sua conta mensurada de forma individual no âmbito do Distrito Federal.

O Projeto foi aprovado sem alterações, ficando sua redação final conforme fl. 16.

Remetido ao Chefe do Poder Executivo, ao projeto foi oposto veto total, sob a alegação de que a matéria tratada, energia, seria de competência legislativa privativa da União, nos termos do art. 22, IV, da Constituição Federal. Acrescenta que a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL –, por intermédio da Resolução

COMISSAO DE CONSTITUIÇAO E JUSTIÇA
PL n.º 456 / 2011
Fls. n.º 24 - 18

414/2010, disciplinou a medição para faturamento das contas de energia elétrica, sem a possibilidade de aspectos do tema serem tratados em lei local.

Eis as informações que julgamos necessárias à deliberação desta Casa sobre o veto parcial em causa.

Sala das Sessões, em

Deputado
Presidente

Deputado CHICO LEITE
Relator

Dep. Del Massa

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PL n.º 456/2011
Fls. nº 25 MJ

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	**Horário Início**	**Sessão/Reunião**	**Página**
05 | 09 | 2017	15h	77ª SESSÃO ORDINÁRIA	28

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Item nº 5:

Apreciação do veto parcial ao Projeto de Lei nº 1.620, de 2013, de autoria do Deputado Cláudio Abrantes, que "institui o Programa Afroempreendedor no âmbito do Distrito Federal e dá outras providências".

Na ausência da Relatora, Deputada Sandra Faraj, solicito ao Deputado Prof. Reginaldo Veras que proceda à leitura do relatório da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS (PDT. Para proceder à leitura do relatório.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é o seguinte o relatório:

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PL Nº 1620 / 2013
FOLHA 23 RUBRICA

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete da Deputada Sandra Faraj

RELATÓRIO Nº 01 , DE 2015 - CCJ

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA sobre o VETO PARCIAL oposto ao Projeto de Lei nº 1620/2013, que *Institui o Programa Afroempreendedor, no âmbito do Distrito Federal, e dá outras providências.*

Relatora: Deputada Sandra Faraj

Com a Mensagem nº 14/2015-GAG, de 13 de janeiro de 2015, o Governador do Distrito Federal comunica à Presidência desta Casa os motivos do veto parcial oposto ao Projeto de Lei nº 1620, de 2013, de autoria do ilustre Deputado Cláudio Abrantes, que visa instituir o Programa Afroempreendedor e dá outras providências.

A proposição foi aprovada sem alterações, ficando a redação final conforme fls. 13.

Em sua exposição de motivos, o Governador informa que o veto incidiu sobre o art. 2º, uma vez que o dispositivo trata de matéria cuja iniciativa é privativa do Chefe do Poder Executivo, ao dispor sobre criação e atribuições de Secretarias de Estado, Órgãos ou entidades da administração pública, conforme estabelece o art. 71, § 1º, IV, da Lei Orgânica do Distrito Federal.

São essas as informações que reputamos necessárias à apreciação da matéria no âmbito desta Casa Legislativa.

Sala das Sessões, em

Deputado
Presidente

Deputada SANDRA FARAJ
Relatora

emm.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05 / 09 / 2017	15h	77ª SESSÃO ORDINÁRIA	29

Item nº 6:

Apreciação do veto total ao Projeto de Lei nº 173, de 2015, de autoria do Deputado Delmasso, que "institui as diretrizes para implantação da Política Pública de Valorização da Família no âmbito do Distrito Federal".

Na ausência da Relatora, Deputada Sandra Faraj, solicito ao Deputado Prof. Reginaldo Veras que proceda à leitura do relatório da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS (PDT. Para proceder à leitura do relatório.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é o seguinte o relatório:

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete da Deputada Sandra Faraj

RELATÓRIO Nº 01 , DE 2015 - CCJ

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA sobre o VETO TOTAL oposto ao Projeto de Lei nº 173/2015, que institui as diretrizes para implantação da Política Pública de Valorização da Família no âmbito do Distrito Federal.

Relatora: Deputada Sandra Faraj

Com a Mensagem nº 200/2015-GAG, de 8 de setembro de 2015, o Governador do Distrito Federal comunica à Presidência desta Casa os motivos de veto total oposto ao Projeto de Lei nº 173/2015, de autoria do Deputado Rodrigo Delmasso, que institui as diretrizes para implantação da Política Pública de Valorização da Família no âmbito do Distrito Federal.

A proposição em comento foi aprovada sem alterações, ficando a redação final conforme fls. 23-25.

Em sua exposição de motivos, o Governador assevera que o Projeto de Lei, ao estabelecer em seu art. 2º conceito de entidade familiar, finda por tratar de determinação dirigida ao Direito Civil, sendo matéria privativa da competência da União Federal, nos termos do art. 22 da Constituição Federal. Os demais dispositivos da Proposição ultrapassam a orientação geral da atuação estatal típica e estabelecem obrigações específicas que incidem sobre atribuições das Secretarias de Estado do Distrito Federal, Órgãos e entidades da administração pública, matéria reservada à iniciativa do Governador, nos termos do art. 71 da Lei Orgânica do Distrito Federal.

São essas as informações que reputamos necessárias à apreciação da matéria no âmbito desta Casa Legislativa.

Sala das Sessões, em

Deputado
Presidente

Deputada SANDRA FARAJ
Relatora

emm.

CCJ
PL Nº 173 / 2015
FOLHA 23 RUBRICA

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05 | 09 | 2017	15h	77ª SESSÃO ORDINÁRIA	30

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Consulto os Líderes se há acordo para superarmos o sobrestamento dos itens de nº 1 a nº 102, relativos aos vetos da Ordem do Dia, e votarmos as demais proposições da Ordem do Dia e itens extrapauta. (Pausa.)

Consulto os Líderes se há acordo para votarmos os requerimentos e as moções em bloco, pelo processo nominal. (Pausa.)

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS – Há acordo.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Há acordo.

DEPUTADO RICARDO VALE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RICARDO VALE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, só corrigindo, pedimos que apenas seja destacado o item nº 108, que é uma moção sobre a qual existe divergência.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES (REDE. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, temos um acordo de votação, de derrubada e de manutenção de vetos. É um acordo para que os Deputados que tenham interesse estejam presentes e também permaneçam para votar os outros itens. Houve veto meu votado, a gente votou, derrubou, foi pela manutenção e está aqui. Mas parece que o plenário foi esvaziado.

Então, até para que não tenhamos depois nenhum problema de votação, com *quorum* abaixo do necessário, eu gostaria que fosse feita uma contagem. Pode ser até informal. É preciso que a Mesa possa nos dar uma garantia de que há o *quorum*, para que não corramos o risco de ter questionada alguma votação por *quorum* insuficiente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Deputado Cláudio Abrantes, vou solicitar que seja feita a leitura. Esse tipo de ação por parte do governo gera prejuízo, porque, quando o governo precisar de *quorum,* nós também saberemos fazer a mesma coisa, já que está gerando um prejuízo aos Parlamentares.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES – Perfeitamente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Solicito a leitura dos itens para votação.

Item nº 107:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 693, de 2017, de autoria da Deputada Celina Leão, que "manifesta repúdio contra as agressões e humilhações sofridas por Samara de Oliveira Felipe, na cidade de Taguatinga, Distrito Federal".

Item nº 108:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 728, de 2017, de autoria do Deputado Lira, que "manifesta repúdio à nova Assembleia Constituinte na Venezuela implementada pelo Presidente Nicolás Maduro, e sugere sanções econômicas ao regime venezuelano".

Item nº 109:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 747, de 2017, de autoria do Deputado Delmasso, que "manifesta votos de louvor e apreço ao trabalho realizado pelos policiais que participaram da Operação Bartolomeu, deflagrada pela Comissão Parlamentar de Inquérito da Pedofilia".

Item nº 110:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 748, de 2017, de autoria do Deputado Julio Cesar, que "sugere manifestação da Câmara Legislativa do Distrito Federal no sentido de conceder elogio aos bispos da Igreja Universal do Reino de Deus que especifica".

Item nº 111:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 749, de 2017, de autoria do Deputado Julio Cesar, que "manifesta votos de louvor e parabeniza pastores do COPEV/DF, que especifica, pela propagação do Evangelho e pelos relevantes serviços prestados ao Conselho de Pastores Evangélicos do Distrito Federal – COPEV/DF".

Item nº 112:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 750, de 2017, de autoria do Deputado Julio César, que "manifesta votos de louvor e parabeniza pastores do COPEV/DF, que especifica, pela propagação do Evangelho e pelos relevantes serviços prestados ao Conselho de Pastores Evangélicos do Distrito Federal – COPEV/DF".

Item nº 113:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 751, de 2017, de autoria do Deputado Julio Cesar, que "sugere manifestação da Câmara Legislativa do Distrito Federal junto ao Comandante-Geral da Polícia Militar do DF, no sentido de conceder elogio à Subtenente Maria Angélica Brito Machado".

Item nº 114:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 752, de 2017, de autoria do Deputado Julio Cesar, que "sugere manifestação da Câmara Legislativa do Distrito Federal junto ao Comandante-Geral da Polícia Militar do DF, no sentido de conceder elogio ao Soldado Paulo Otávio Pimentel Duarte".

Item nº 115:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 753, de 2017, de autoria do Deputado Julio Cesar, que "sugere manifestação da Câmara Legislativa do Distrito

Federal junto ao Comandante-Geral do Corpo de Bombeiros Militar do DF, no sentido de conceder elogio aos militares que especifica".

Item nº 116:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 754, de 2017, de autoria do Deputado Julio Cesar, que "sugere manifestação da Câmara Legislativa do Distrito Federal junto ao Comandante-Geral da Polícia Militar do DF, no sentido de conceder elogio aos militares que especifica".

Item nº 117:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 755, de 2017, de autoria do Deputado Julio Cesar, que "manifesta votos de louvor e parabeniza Aldenires Marcolino dos Santos pelos excelentes serviços prestados à população do Distrito Federal".

Item nº 118:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 756, de 2017, de autoria do Deputado Claudio Abrantes, que "manifesta votos de louvor, *in memoriam*, aos senhores motociclistas Getúlio Lacerda Rocha, conhecido carinhosamente como GG (Centuriões da Paz Moto Clube), Helon Vállery Gonçalves e João Ricardo Ferraz Lopes, pela importância, amizade, trabalhos e fidelidade ao motociclismo do Distrito Federal e Entorno".

Item nº 119:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 757, de 2017, de autoria do Deputado Joe Valle, que "manifesta votos de louvor e parabeniza as instituições educacionais renomadas do Distrito Federal que realizam trabalho de excelência na área da educação, pesquisa na área de estudos surdos e Língua Brasileira de Sinais, proporcionando inclusão educacional, social e acessibilidade às pessoas com surdez".

Item nº 120:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 758, de 2017, de autoria do Deputado Joe Valle, que "manifesta votos de louvor e parabeniza a Professora Ronice Muller de Quadros, que é pesquisadora e trabalha na área de estudos surdos e Língua Brasileira de Sinais".

Item nº 121:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 759, de 2017, de autoria do Deputado Delmasso, que "manifesta votos de louvor e parabeniza as nomeações para integrar o Conselho de Administração do Serviço Autonômo Instituto Hospital de Base do Distrito Federal – IHBDF".

Item nº 122:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 761, de 2017, de autoria do Deputado Bispo Renato Andrade, que "manifesta apoio aos empregados públicos

da CEB Distribuição, Caesb e BRB contra o possível ato do Governo do Distrito Federal em privatizar as respectivas empresas públicas".

Item nº 123:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 762, de 2017, de autoria dos Deputados Wasny de Roure e Claudio Abrantes, que "manifesta louvor e parabeniza a Estação Ecológica de Águas Emendadas pelos seus 49 anos".

Item nº 124:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 763, de 2017, de autoria do Deputado Wellington Luiz e outros, que "propõe moção de louvor à Subtenente da Polícia Militar do Distrito Federal Maria Angélica Brito Machado, por ato de bravura no exercício da função".

Item nº 125:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 764, de 2017, de autoria do Deputado Julio Cesar, que "manifesta votos de louvor e parabeniza Severino Pereira Ramos e Edna Maria Ramos pelos excelentes serviços prestados à população do Distrito Federal".

Item nº 126:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 765, de 2017, de autoria do Deputado Julio Cesar, que "sugere manifestação da Câmara Legislativa do Distrito Federal no sentido de conceder elogio a Victor Renato Junqueira Lacerda, pelos relevantes serviços prestados como colaborar do Projeto Força Jovem Universal nos Estados".

Item nº 127:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 766, de 2017, de autoria do Deputado Julio Cesar, que "manifesta votos de louvor e homenageia colaboradores do Projeto Força Jovem Universal, que especifica, pelos excelentes serviços prestados à comunidade de Brasília".

Item nº 128:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 767, de 2017, de autoria do Deputado Julio Cesar, que "manifesta votos de louvor e parabeniza Rose Neide Rocha Mendes pelo excelente trabalho como obreira universal".

Item nº 129:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 768, de 2017, de autoria do Deputado Julio Cesar, que "manifesta votos de louvor e parabeniza Petronil Campelo de Miranda pelo excelente trabalho como obreiro universal".

Item nº 130:

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05 | 09 | 2017	15h	77ª SESSÃO ORDINÁRIA	34

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 769, de 2017, de autoria do Deputado Julio Cesar, que "manifesta votos de louvor e parabeniza Ana Maria Costa de Miranda, pelo excelente trabalho como obreira universal".

Item nº 131:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 770, de 2017, de autoria do Deputado Julio Cesar, que "sugere manifestação da Câmara Legislativa do Distrito Federal no sentido de conceder elogio a Marcos Martins Machado, pastor da Igreja Universal do Reino de Deus".

Item nº 132:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 771, de 2017, de autoria do Deputado Claudio Abrantes, que "manifesta reconhecimento de louvor e aplauso à Diretora Nédina Guimarães, ao Corpo Docente e Discente do Centro Educacional nº1 de Planaltina - DF, pela manifestação em favor da mantença e melhoria da Pediatria do Hospital Regional de Planaltina - DF".

Item nº 133:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 772, de 2017, de autoria do Deputado Wasny de Roure, que "manifesta louvor e congratulação à equipe do DOP, prefixo 2683, que salvou a vida de quatro adolescentes com deficiências especiais (surdos/mudos) em uma parada de ônibus situada na BR-070, altura do Condomínio Privê".

Item nº 134:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 773, de 2017, de autoria do Deputado Wasny de Roure, que "manifesta protesto à inércia do Governo do Distrito Federal pela falta de atenção à comunidade da QE 13/15 do Guará II, a escola Pedacinho do Céu, e o colégio e faculdade JK, na QE 8, Área Especial 1, do Guará I. Além disso, os moradores reclamam da falta de estacionamento para os pais apanharem seus filhos e da falta de sinalização para facilitar o trânsito dos moradores da região".

Item nº 135:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 774, de 2017, de autoria do Deputado Wasny de Roure, que "manifesta protesto à inércia do Governo do Distrito Federal pela não nomeação dos servidores concursados da carreira de Auditor de Controle Interno dos órgãos Sefaz, Seplag e CGDF".

Item nº 136:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 775, de 2017, de autoria do Deputado Prof. Reginaldo Veras, que "manifesta votos de louvor e parabeniza pelos serviços prestados à comunidade e à educação do Distrito Federal os profissionais de educação e educadores que menciona".

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05 | 09 | 2017	15h	77ª SESSÃO ORDINÁRIA	35

Item nº 137:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 776, de 2017, de autoria do Deputado Prof. Reginaldo Veras, que "manifesta votos de louvor e parabeniza o Coronel Eduardo Silvano (*in memoriam*) pelos serviços prestados à comunidade do Distrito Federal e pela brilhante trajetória profissional".

Item nº 138:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 777, de 2017, de autoria do Deputado Julio Cesar, que "sugere manifestação da Câmara Legislativa do Distrito Federal no sentido de conceder elogio aos bispos da Igreja Universal do Reino de Deus que especifica".

Item nº 139:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 778, de 2017, de autoria do Deputado Julio Cesar, que "manifesta votos de louvor e parabeniza Inácia Maria da Silva pelo excelente trabalho como obreira universal".

Item nº 140:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 779, de 2017, de autoria da Deputada Celina Leão, que "manifesta votos de louvor e aplausos aos integrantes do projeto 'Prevenindo com Arte', criado pelo 2° Comando de Policiamento Regional Metropolitano – 2° CPRM, pelos relevantes serviços prestados à sociedade".

Item nº 141:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 780, de 2017, de autoria dos Deputados Celina Leão, Claudio Abrantes, Rafael Prudente e Wellington Luiz, que "manifesta votos de louvor e aplausos aos policiais militares que participaram dos Jogos Mundiais de 2017 (World Police and Fire Games), em Los Angeles, nos Estados Unidos".

Item nº 142:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 781, de 2017, de autoria dos Deputados Celina Leão, Claudio Abrantes, Rafael Prudente e Wellington Luiz, que "manifesta votos de louvor e aplausos aos bombeiros militares que participaram dos Jogos Mundiais de 2017 (World Police and Fire Games), em Los Angeles, nos Estados Unidos".

Item nº 143:

Discussão e votação, em turno único, do Requerimento nº 2.925, de 2017, de autoria do Deputado Claudio Abrantes, que "requer a realização de audiência pública no dia 18 de setembro de 2017, às 19h, para discutir a situação dos concursados, aprovados e não convocados no âmbito do Distrito Federal".

Item nº 144:

Discussão e votação, em turno único, do Requerimento nº 2.927, de 2017, de autoria da Deputada Celina Leão, que "requer a realização de audiência pública, a ser realizada no dia 29 de setembro de 2017, às 10 horas, no Plenário desta Casa, para debater temas relevantes para a Polícia Militar do Distrito Federal".

Item nº 146:

Discussão e votação, em turno único, do Requerimento nº 2.933, de 2017, de autoria do Deputado Prof. Israel, que "requer a realização de audiência pública da Câmara Legislativa do Distrito Federal no dia 22 de setembro, às 15 horas, no Plenário da CLDF, para a realização de debate sobre 'Atualização da Lei Geral dos Concursos Públicos'".

Item nº 147:

Discussão e votação, em turno único, do Requerimento nº 2.934, de 2017, de autoria do Deputado Prof. Israel, que "requer a realização de audiência pública da Câmara Legislativa do Distrito Federal no dia 11 de setembro, às 10 horas, no plenário da CLDF, para debater o Projeto da Lei de Inovação do Distrito Federal".

Item nº 148:

Discussão e votação, em turno único, do Requerimento nº 2.943, de 2017, de autoria do Bloco Sustentabilidade e Trabalho, que "requer a realização de audiência pública da Câmara Legislativa do Distrito Federal no dia 11 de setembro, às 10 horas, no plenário da CLDF, para debater o Projeto da Lei de Inovação do Distrito Federal".

Item nº 149:

Discussão e votação, em turno único, do Requerimento nº 2.944, de 2017, de autoria da Deputada Telma Rufino, que "requer audiência pública para tratar da saúde dos policiais militares e de suas famílias".

Item nº 150:

Discussão e votação, em turno único, do Requerimento nº 2.946, de 2017, de autoria do Deputado Delmasso, que "requer a realização de audiência pública no dia 5 de setembro de 2017, às 19 horas, na Creche Renascer - CEPI LOBO GUARÁ, para debater sobre as melhorias para o Setor Lúcio Costa, na Região Administrativa do Guará'".

Item nº 151:

Discussão e votação, em turno único, do Requerimento nº 2.948, de 2017, de autoria do Deputado Ricardo Vale, que "requer a realização de audiência pública para debater o sistema socioeducativo no âmbito do Distrito Federal".

Item nº 152:

Discussão e votação, em turno único, do Requerimento nº 2.949, de 2017, de autoria do Deputado Ricardo Vale, que "requer a transformação da sessão ordinária

do dia 6 de setembro de 2017 em comissão geral para debater a questão do funcionamento e organização dos conselhos regionais de saúde do Distrito Federal".

Item nº 153:

Discussão e votação, em turno único, do Requerimento nº 2.788, de 2017, de autoria do Deputado Ricardo Vale, que "requer a retirada e o arquivamento da proposição que especifica". (PL 697/17).

A pedido do Deputado Ricardo Vale, retiro o Item nº 108 de pauta.

DEPUTADO RICARDO VALE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RICARDO VALE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, gostaria de solicitar a inclusão de um requerimento para validar uma audiência que houve aqui pela manhã com as empresas públicas do Distrito Federal.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Deputado, estou sendo informado pela assessoria que regimentalmente nós não podemos fazê-lo. Fica aqui o meu compromisso de que, na próxima, a gente o inclui na primeira, Deputado. Eu estou mais preocupado em aprovarmos em razão da comissão geral amanhã.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação as moções e os requerimentos em bloco.

Os Deputados que votarem "sim" estarão aprovando as moções e os requerimentos em bloco; os que votarem "não" estarão rejeitando-os.

Solicito à Sra. Secretária que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
PRESIDÊNCIA
SECRETARIA LEGISLATIVA
7ª LEGISLATURA - 3ª SESSÃO LEGISLATIVA - 2017

DATA: 05/09/2017)

MOÇÕES Nº	693/2017; 747/2017; 748/2017; 749/2017; 750/2017; 751/2017; 752/2017; 753/2017; 754/2017; 755/2017; 756/2017; 757/2017; 758/2017; 759/2017; 761/2017; 762/2017; 763/2017; 764/2017; 765/2017; 766/2017; 767/2017; 768/2017; 769/2017; 770/2017; 771/2017; 772/2017; 773/2017; 774/2017; 775/2017; 776/2017; 777/2017; 778/2017; 779/2017; 780/2017; 781/2017
REQUER Nº	2.925/2017; 2.927/2017; 2.933/2017; 2.934/2017; 2.943/2017; 2.944/2017; 2.946/2017; 2.948/2017; 2.949/2017; 2.788/2017;
AUTORIA:	VÁRIOS DEPUTADOS — TURNO ÚNICO

QTD	DEPUTADOS	PARTIDO	SIM	NÃO	ABS.	AUS.	OBST.	DV.
1	AGACIEL MAIA	PR				1		
2	BISPO RENATO ANDRADE	PR	1					
3	CELINA LEÃO	PPS	1					
4	CHICO LEITE	REDE				1		
5	CHICO VIGILANTE	PT				1		
6	CLÁUDIO ABRANTES	SEM PARTIDO	1					
7	CRISTIANO ARAÚJO	PSD	1					
8	DELMASSO	PODEMOS				1		
9	JUAREZÃO	PSB				1		
10	JULIO CESAR	PRB				1		
11	LILIANE RORIZ	PTB				1		
12	LIRA	PHS				1		
13	LUZIA DE PAULA	PSB				1		
14	PROF. ISRAEL	PV				1		
15	PROF. REGINALDO VERAS	PDT	1					
16	RAFAEL PRUDENTE	PMDB	1					
17	RAIMUNDO RIBEIRO	PPS	1					
18	RICARDO VALE	PT	1					
19	ROBÉRIO NEGREIROS	PSDB	1					
20	SANDRA FARAJ	SD				1		
21	TELMA RUFINO	PROS	1					
22	WASNY DE ROURE	PT	1					
23	WELLINGTON LUIZ	PMDB	1					
24	JOE VALLE	PDT	1					
	RESULTADO		13	0	0	11	0	24

RESULTADO DA VOTAÇÃO APROVADOS	
13	VOTOS SIM
0	VOTOS NÃO
0	ABSTENÇÕES
11	AUSÊNCIAS
0	OBSTRUÇÕES
13	QUÓRUM VOTANTE

SECRETÁRIO DA SESSÃO
DEPUTADA TELMA RUFINO

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	**Horário Início**	**Sessão/Reunião**	**Página**
05 | 09 | 2017	15h	77ª SESSÃO ORDINÁRIA	38

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) - A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 13 votos favoráveis. Houve 11 ausências.

Estão aprovados os requerimentos e moções.

A matéria segue a tramitação regimental.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a sessão.

Muito obrigado. Que Deus abençoe a todos. Um forte abraço.

Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 17h08min.)